



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

09/06/2018 ATÉ 09/06/2018

INDÍCE

1	CEMULHER	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	2
3	CORREGEDOR (A)	
	3.1 BLOG ABEL CARVALHO.....	3
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	4
	4.2 BLOG GILBERTO LIMA.....	5
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	6
6	SEGURANÇA	
	6.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	7
7	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	7.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	8
	7.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	9

VISITA ESTRATÉGICA: FÓRUM DE VITÓRIA DO MEARIM PASSARÁ A FUNCIONAR EM NOVO ENDEREÇO CORREGEDOR TAMBÉM VISITOU INSTALAÇÕES DO FÓRUM DE ARARI NESTA SEXTA-FEIRA (8)

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, esteve realizando visita estratégica na comarca de Vitória do Mearim nestas quinta-feira (7) e sexta-feira (8), para avaliar de perto a situação da unidade judicial. Com a visita, foi constatada a inviabilidade da continuidade do funcionamento dos serviços no endereço atual, em razão de problemas estruturais do antigo prédio que abriga o fórum judicial. O corregedor esteve acompanhado dos juízes auxiliares da CGJ-MA Raimundo Bogéa e Kariny Reis, e equipe de servidores.

O desembargador Marcelo Carvalho conversou com o juiz titular da comarca, Milvan Gedeon Gomes, e com os servidores, que relataram os problemas apresentados na estrutura do fórum, como rachaduras, infiltrações, umidade, oscilações elétricas e vazamentos. “Verificamos uma situação de insalubridade que põe em risco a saúde dos servidores e magistrado”, avaliou o corregedor.

Em contato com o presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, e considerando o princípio da harmonia entre os Poderes, o interesse público e a situação emergencial apresentada, que exige melhores e mais dignas condições de atendimento ao público, o município de Vitória disponibilizou um prédio para funcionamento temporário do fórum, e comprometeu-se a efetivar a doação de um terreno para o Judiciário, a fim de que seja construído um novo fórum para a comarca. Após a formalização da doação e análise orçamentária para realização do procedimento licitatório, o presidente do TJMA e o corregedor-geral farão o lançamento da pedra fundamental de construção de novo fórum para a comarca de Vitória do Mearim.

LINHA DO TEMPO - Clique nas setas para saber mais sobre as visitas da CGJ-MA às comarcas do Estado:

SITUAÇÃO

A comarca de Vitória do Mearim conta atualmente com um acervo ativo de mais de oito mil processos. Em 2017, a distribuição média na unidade foi de 117 novos processos por mês. De entrância inicial, a comarca faz parte do polo judicial de Bacabal, e atende a uma população estimada em 32.267 (IBGE Cidades).

Durante a visita, o magistrado e servidores pediram apoio para a mudança do local de funcionamento do Fórum; construção do novo Fórum da comarca; designação de promotor de Justiça substituto e para instalação de Defensoria Pública na comarca.

O corregedor entregou ao juiz Milvan Gomes o Plano de Ações contendo ações preparatórias para melhoria dos fluxos processuais e planejamento de atividades. Entre as ações, estão o deslocamento de equipes para realização do trabalho de cumprimento de atos judiciais e mutirão para análise dos processos conclusos há mais de 100 dias. Após a mudança de endereço, a unidade deverá implantar uma nova rotina dos processos de trabalho na secretaria e gabinete, com o fim de otimizar o fluxo e obter melhores resultados. “Estamos muito gratos pela visita da Corregedoria e pelas ações de melhoria alcançadas para a comarca”, disse o juiz.

ARARI

Na manhã desta sexta-feira (8), a equipe da Corregedoria também realizou visita de cortesia no fórum da comarca de Arari, onde o corregedor visitou as instalações e verificou as principais necessidades, conforme relatos dos servidores, que informaram alguns problemas estruturais e necessidades imediatas a serem repassadas à direção do TJMA.

Assessoria de Comunicação Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

ÁUDIO: "Vamos te esperar armados na porta da tua TV", diz irmão de desembargadora a apresentador

O barulhento advogado Bismarck Moraes Salazar, irmão da desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Angela Salazar, aprontou mais uma das suas tantas confusões no município onde reside, São Luís Gonzaga. Nesta sexta-feira (08), Bismarck disparou diversos áudios (ouça acima) contra o apresentador Israel Braga, proprietário da emissora TV Gonzaguense, afiliada a RedeTV, canal 14.

Adversário do prefeito Francisco Pedreira Martins Junior, o Dr. Júnior (PDT), o advogado não digeriu as críticas do apresentador, e em discussão de grupo de whatsapp, ameaçou o comunicador abertamente. **"Israel, amanhã [sábado, dia 09/06] estou te esperando aqui na porta da tua TV"**, avisa Salazar.

Enfurecido, o irmão da desembargadora ainda usa palavras de baixo calão, como "moleque", "vagabundo de merda", além de termos pejorativos tipo "viado", "miserável" e "cachorro".

Bismarck Salazar ameaça o apresentador de TV Israel Braga e diz que jornalista não entra mais na cidade, tampouco na sua emissora...

"Tu esculhamba é viado, aqui é macho filho de uma égua, vem, eu vou te esperar bem aqui, meu povo tá esperando tu vim meio dia como tu ta dizendo. Vem com polícia com o diabo que tu vier, tu não entra amanhã [09] nessa TV, vou te mostrar. Israel, vou te esperar, aí que eu quero ver se tu é esse macho que tu diz, meu povo já tá te esperando aqui, pode vim, agora tu vem com homem e armado, nós vamos te esperar aqui é armado vagabundo, nós vamos te esperar armado aqui filho da puta (sic)", continua o advogado.

Sem temer as consequências das suas palavras, confiando sabe-se lá em quem, Bismarck Salazar ainda desafia a ordem pública e debocha da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Fala como se fosse o próprio dono da Cidade. **"Vou te provar que tu não entra em São Luis Gonzaga amanhã [sábado, dia 09], doa a quem doer, doa a quem doer amanhã. Olha rapaz, eu vou te dizer uma coisa, vem amanhã do jeito que tu ta dizendo aí, nós estamos preparados pra ti, vem amanhã vagabundo vem. Não tenho medo de ninguém não, seu porra, viado, traumatizado, cachorro, aqui vai ter desgraça, eu vou te esperar, vou te esperar"**, completa o advogado.

Após confusão com advogado, juíza recebe flores de colegas magistrados

A Magistratura maranhense demonstrou união e força ao se fazer presente, na manhã desta sexta-feira (08), no ato de desagravo à juíza Andrea Lago, do 1º Juizado Criminal de São Luís, que foi desrespeitada pelo advogado Tufi Maluf nas dependências da unidade judiciária, no Fórum da capital. Concentrados na sala de audiência do 1º Juizado Criminal de São Luís, magistrados de diversas comarcas ouviram o relato da juíza Andrea Lago a respeito do incidente ocorrido na manhã de terça-feira (5).

O presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, falou da necessidade dos magistrados continuarem caminhando de mãos dadas, garantiu apoio irrestrito aos juízes e anunciou que medidas sobre o caso já foram tomadas. Finalizando o ato, o desembargador José Joaquim ainda criticou o desrespeito do advogado Tufi Maluf, com o claro objetivo de desmoralizar o Poder Judiciário do Maranhão. "Ele não tinha o direito de agir como agiu; portanto, não tem o nosso respeito".

Delegado de Mirinzal é afastado a pedido do MPMA por não investigar crimes

Atendendo a pedido formulado pelo Ministério Público em Ação Civil Pública (ACP) por ato de improbidade administrativa, a Justiça determinou, em medida liminar, no último dia 30, o afastamento do delegado Jorge Antônio Silva Santos de suas funções na Delegacia de Polícia de Mirinzal até o julgamento definitivo da Ação. O delegado está, inclusive, proibido de frequentar a Delegacia.

Na ACP, proposta pelo promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos, em 24 de maio, o Ministério Público afirma que o delegado de polícia age com desídia no desempenho do cargo, não tomando as providências devidas em inquéritos policiais e autos de prisão em flagrante. O membro do Ministério Público ressalta que a falta de providências acontece até mesmo em casos de violência doméstica, homicídio, tortura e estupro de vulnerável, entre outros.

Na Ação, o Ministério Público elencou 16 investigações que ficaram paradas por anos sem qualquer conclusão. Há um caso de lesão corporal seguida de morte ocorrido em 2009 em que não foram realizadas as diligências requisitadas. Outro caso do mesmo ano, a respeito de um crime de tortura, não teve o inquérito policial sequer instaurado.

O delegado Jorge Santos também não responde às requisições do Ministério Público encaminhadas à Delegacia de Polícia. Um ofício a respeito de um caso de violência doméstica foi reiterado quatro vezes e, mesmo assim, não teve nenhuma resposta da autoridade policial.

Questionado, o delegado justificou sua inércia pela falta de condições de trabalho. Ofício encaminhado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, no entanto, informa que materiais como computadores e impressoras foram encaminhados à Delegacia de Mirinzal. “O Ministério Público não fecha os olhos sobre a pouca estrutura da Polícia Civil, sobretudo na Comarca de Mirinzal. Destaca-se que, mesmo com sua estrutura mínima, o requerido não faz o básico. Nada justifica um auto de prisão em flagrante ficar parado por três, quatro, oito anos”, afirma Frederico Bianchini.

Além do afastamento imediato do cargo, o Ministério Público do Maranhão requereu a condenação de Jorge Antônio Silva Santos por improbidade administrativa. Entre as penalidades previstas estão a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por três a cinco anos e pagamento de multa de até 100 vezes a remuneração recebida no cargo de delegado.

Comissão de Segurança Institucional do TJMA reúne-se com diretora do Fórum de São Luís

As medidas de segurança que estão sendo implementadas no Fórum de São Luís foram apresentadas, na manhã desta sexta-feira (08), à nova diretora do órgão, juíza Diva Maria de Barros Mendes, pelo presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Raimundo José Barros de Sousa. “Não mediremos esforços para fazer investimentos na segurança institucional do Fórum”, garantiu o desembargador.

Essa foi a primeira reunião da comissão com a diretora Maria Diva de Barros, que assumiu o cargo no último dia 22 de maio. O desembargador Raimundo Barros fez um breve relato do que já foi implementado no Fórum e falou sobre as medidas que estão em execução e o planejamento de outras ações que intensificam a proteção de servidores, magistrados e jurisdicionados. Ele destacou que a segurança do Fórum Des. Sarney Costa é objeto de permanente atenção da Comissão.

Durante a reunião, foram destacadas as ações já implementadas, como a instalação de portais detectores de metal, videomonitoramento, sistema de controle de acesso de visitantes, equipamentos de Raio-X, nas áreas que dão acesso ao prédio, no Calhau, além de medidas de controle do acesso de presos. Este ano também houve a inauguração de uma sala de segurança com cofre, no Fórum.

O diretor de Segurança Institucional do TJMA, tenente-coronel Alexandre Magno Nunes, explicou que estão sendo implementadas no Fórum de São Luís novas medidas como a ampliação do sistema de videomonitoramento, tanto da área interna quanto externa do prédio; manutenção do sistema de acesso ao fórum; requisição de policiais para acompanhamento no cumprimento de mandados judiciais em áreas de risco; entre outras.

Também participaram do encontro, na Diretoria do Fórum de São Luís, os juízes auxiliares da presidência do TJMA e da Corregedoria, Cristiano Simas de Sousa e Marcelo Moreira; os juízes Anderson Sobral de Azevedo e João Vinícius Aguiar, representantes da Associação dos Magistrados do Maranhão na Comissão; e a secretária da Comissão, Fátima Teixeira de Sousa.

Justiça maranhense conclui cadastro no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões

O Poder Judiciário do Maranhão concluiu o cadastro de mais de 10.165 pessoas presas no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), desenvolvido e implementado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para padronização e controle nacional de ordens judiciais, no âmbito penal.

De acordo com dados enviados pelo Judiciário maranhense, do total de detentos, cerca de 95% são homens e o restante, mulheres. Mais de 4.940 são presos provisórios (48,88%), 5.173 são condenados (sendo 4.201 em execução definitiva e 972 em execução provisória). Desse universo, 4.034 estão com mandados pendentes de cumprimento, relativos a 199 foragidos e 3.835 procurados.

O cadastro foi concluído mediante uma força-tarefa coordenada pela juíza auxiliar da Presidência do TJMA, Lidiane Melo de Sousa, composta por 30 servidores e estagiários, integrantes do Tribunal, Corregedoria Geral de Justiça, Varas Criminais, Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) e outros, que trabalharam diretamente do Fórum de São Luís, auxiliando os magistrados da Capital e de várias comarcas do Estado, no cadastro de dados no sistema e fornecendo orientações necessárias.

PLANO DE AÇÃO - De acordo com relatório elaborado pela comissão criada pelo Judiciário maranhense, para cadastro de presos, o Maranhão conseguiu cumprir e até superar a meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça.

Para dar cumprimento à meta do CNJ, o TJMA elaborou um plano de ação, a partir do qual, dentre diversas atividades, foi implementado o grupo de trabalho e agendados seis treinamentos presenciais, no Fórum de São Luís, voltados para servidores e ministrados pela equipe de Informática do TJ, com vistas a orientá-los na operacionalização do novo sistema.

Visando contemplar magistrados e servidores de todo o Estado, também foi oferecido treinamento a distância pela Escola da Magistratura do Maranhão (ESMAM), a pedido da magistrada Lidiane Melo.

Também foi realizado treinamento voltado para servidores e magistrados da Justiça maranhense - de unidades Criminais, de Execução Penal e de Família - promovido por técnicos e juízes do CNJ, no Fórum do Calhau.

Mais de 670 servidores foram contemplados com as capacitações promovidas.

BANCO - O Banco Nacional de Monitoramento de Prisões possibilita o registro e a consulta de informações sobre mandados de prisão e alvarás de soltura, com monitoramento das ordens de prisão expedidas pelo Judiciário e controle do cumprimento de mandados, em âmbito nacional e em tempo real, permitindo, assim, a criação de um Cadastro Nacional de Presos.

O sistema funciona também como um censo carcerário, onde as autoridades públicas podem saber quem são e onde estão os presos no Brasil, proporcionando mais segurança para a sociedade e eficiência para o Judiciário,

com a integração de informações sobre pessoas procuradas pela Justiça ou presas.

Apresentador de TV é ameaçado por advogado irmão de desembargadora: "Vamos te esperar armados na porta da tua TV"

De acordo com informações do blog do Domingos Costa, o advogado Bismarck Moraes Salazar, irmão da desembargadora Ângela Salazar, disparou, nesta sexta-feira (08), diversos áudios ameaçadores contra o apresentador Israel Braga, proprietário da emissora TV Gonzaguense, afiliada a RedeTV, canal 14, na cidade de São Luís Gonzaga do Maranhão, a 250 km de São Luís.

Adversário do prefeito Francisco Pedreira Martins Junior, o Dr. Júnior (PDT), o advogado não digeriu críticas feitas pelo apresentador. Em discussão de grupo de WhatsApp, o causídico ameaçou o comunicador abertamente. "Israel, amanhã (sábado, dia 09/06) estou te esperando aqui na porta da tua TV", avisa Salazar.

Enfurecido, o irmão da desembargadora ainda usa palavras de baixo calão, como "moleque", "vagabundo de merda", além de termos pejorativos tipo "viado", "miserável" e "cachorro".

"Tu esculhamba é viado, aqui é macho filho de uma égua, vem, eu vou te esperar bem aqui, meu povo tá esperando tu vim meio dia como tu tá dizendo. Vem com polícia com o diabo que tu vier, tu não entra amanhã [09] nessa TV, vou te mostrar. Israel, vou te esperar, aí que eu quero ver se tu é esse macho que tu diz, meu povo já tá te esperando aqui, pode vim, agora tu vem com homem e armado, nós vamos te esperar aqui é armado vagabundo, nós vamos te esperar armado aqui filho da puta" (sic), continua o advogado.

Bismarck Salazar ainda desafia a ordem pública e provoca a polícia militar do estado do Maranhão. Fala como se fosse o próprio dono da Cidade.

"Vou te provar que tu não entra em São Luis Gonzaga amanhã [sábado, dia 09], doa a quem doer, doa a quem doer amanhã. Olha rapaz, eu vou te dizer uma coisa, vem amanhã do jeito que tu tá dizendo aí, nós estamos preparados pra ti, vem amanhã vagabundo vem. Não tenho medo de ninguém não, seu porra, viado, traumatizado, cachorro, aqui vai ter desgrça, eu vou te esperar, vou te esperar", completa o advogado.

MA: 33.947 processos de violência contra mulher até março de 2018

Números foram registrados no acervo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, conforme o TJMA; na sexta-feira, 8, foi lançada a campanha “TodosPorElas” durante a abertura da III Semana Estadual de Valorização da Mulher

SÃO LUÍS - Dados apresentados pelo Poder Judiciário apontam o crescimento do número de crimes contra a mulher no Maranhão. Visando o reconhecimento social do combate aos crimes contra a mulher, foi lançada a campanha “TodosPorElas” durante a abertura da III Semana Estadual de Valorização da Mulher, realizada na manhã de sexta-feira, 8, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. A programação acontece em diversos municípios do estado até o dia 15 de junho e conta com palestras, atividades educativas, distribuição de materiais informativos e seminários.

No Maranhão, até o dia 6 de março deste ano, 33.947 processos foram registrados no acervo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, conforme o Tribunal de Justiça do Maranhão. Destes, 5.699 registrados em São Luís e 1.601 em Imperatriz. Apenas em 2017, 13.370 processos foram distribuídos. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2017 existia um processo judicial para cada 100 mulheres brasileiras.

Para a juíza Rosária de Fátima Almeida Duarte, da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a divulgação nos diversos veículos de mídia incentiva a denúncia de crimes contra a mulher. “Embora esteja como titular apenas há 5 meses, tenho percebido que a procura na unidade tem aumentado. A violência contra a mulher sempre existiu, mas agora está sendo mais denunciado em decorrência dos meios de veiculação. A vítima está tendo conhecimento de que em caso de atual ou eminente agressão, ela precisa denunciar, ela precisa procurar os órgãos competentes”, afirmou.

De acordo com a Delegacia Especial da Mulher de São Luís, em 2017 foram registramos 4.465 Boletins de Ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher na capital, sendo solicitadas 2.431 medidas protetivas. Em 2018, apenas nos dois primeiros meses do ano, 1.040 boletins foram e registrados e 518 medidas protetivas de urgência por mulheres em situação de violência foram solicitadas.

A desembargadora Angela Salazar, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA (Cemulher), ressaltou em seu discurso, durante a abertura do evento, a importância da educação no combate aos crimes cometidos contra a mulher.

“Há muito a ser feito. Acredito que o caminho para enfrentar e combater a realidade da violência contra as mulheres e a desconstrução da cultura machista e de valores misóginos na sociedade contemporânea é o da educação em seu sentido amplo, ato e efeito”, destacou.

De acordo com a desembargadora, “é necessário, também, planejar e implementar políticas públicas numa lógica interseccional, que considere as diversidades das identidades e gênero com outros eixos identitários como raça, etnia, classe, geração, sexualidade, orientação sexual, religião territorialidade e outros”.

Discussão

A campanha “TodosPorElas” tem por objetivo discutir a temática de gênero, capacitar os juízes, promotores, defensores, rede de atendimento através de seminários, além de conscientizar a comunidade por meio da promoção de diálogos em bairros, feiras e shoppings, distribuindo cartilhas informativas sobre a lei Maria da Penha, atendimento, Sistema Único de Saúde e delegacias especializadas.

Para fechar a solenidade, o bumba-meu-boi de Nina Rodrigues realizou uma apresentação especial, destacando mensagens escritas no corpo das índias que remetem à luta e combate da violência contra a mulher.

“A gente quis trazer o boi para incentivar a discussão da sociedade sobre a questão do assédio sexual e moral, porque a gente vê essas meninas todas bonitas de corpo e os homens ‘tomam gosto’, como se diz, vendo a mulher como objeto de uso e descartáveis. Por isso, a gente trouxe essas mulheres lindas com mensagens como

‘respeite o meu corpo’, ‘meu corpo minhas regras’, ‘sou mulher e me visto como quero’, para levar a sociedade a essa reflexão, no sentido de desconstruir essa cultura machista”, esclareceu Angela Salazar.

Caso recente

Na manhã da última quinta-feira, 7, mais um crime de feminicídio seguido de suicídio, envolvendo policial militar foi registrado no estado. O acusado foi o sargento da Polícia Militar, Marcos Vinícius Gomes da Costa, de 47 anos, que matou a ex-namorada, Marcele Cardoso da Silva, de 24 anos, que era funcionária do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA), e logo depois cometeu suicídio. O crime ocorreu na noite de quarta-feira, 6, na residência da mãe do militar, no bairro da Cohab, mas os corpos somente foram encontrados na manhã de quinta-feira.

FIQUE POR DENTRO

- Este ano já ocorreram 19 crimes de feminicídio no estado, enquanto todo o ano passado foram 50 casos, segundo dados do Departamento de Feminicídio, órgão ligado a Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP).

CONTINUE

LEND O

EM <http://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/06/09/ma-33-947-processos-de-violencia-contramulher-ate-marco-de-2018.shtml>

CNJ cadastra população carcerária do Maranhão como 10.165 apenados

Deste montante, 95% são homens, 4.940 são presos provisórios (48,88%) e 5.173 estão condenados, sendo 4.201 em execução definitiva e 972 provisória

SÃO LUÍS - A população carcerária do Maranhão é de 10.165 apenados, todos já cadastrados no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), que foi desenvolvido e implementado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de proporcionar ao Poder Judiciário, o controle de informações dos presos brasileiros, inclusive da quantidade de mandado de prisão. Além dos custodiados maranhenses, o BNMP 2.0 já concluiu o cadastramento dos apenados de mais 21 estados, faltando penas São Paulo, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

O supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Márcio Schiefler, informou que o BNMP 2.0 foi uma iniciativa da ministra Carmen Lúcia, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), e que foi concretizado esta semana. Até o momento, estão cadastradas no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões 279.007 pessoas condenadas e 184.711 com prisões provisórias em todo o país.

O banco de monitoramento mostra, também, que há no país 133.211 mandados de prisão em aberto. “No momento, no Brasil, não há tema mais atual do que o sistema carcerário. O Judiciário vem ganhando protagonismo, no sentido de dotar o país de um maior controle sobre sua população carcerária”, declarou Márcio Schiefler.

Cadastro

A assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça (TJ) informou que o Poder Judiciário do Maranhão concluiu o cadastro dos custodiados maranhenses e repassou as informações ao CNJ. No momento, são 10.165 pessoas presas no Maranhão. Deste montante, cerca de 95% são homens e o restante, mulheres. São 4.940 presos provisórios (48,88%) e 5.173 condenados (sendo 4.201 em execução definitiva e 972 em execução provisória). Desse universo, 4.034 estão com mandados pendentes de cumprimento, relativos a 199 foragidos e 3.835 procurados.

Ainda de acordo com as informações da assessoria do TJ, o cadastro foi concluído por uma força-tarefa coordenada pela juíza auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça, Lidiane Melo de Sousa, e composta por 30 servidores e estagiários, integrantes do Tribunal, Corregedoria Geral de Justiça, Varas Criminais, Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) e órgãos ligados ao sistema carcerário.

A magistrada ressaltou a importância e o diferencial da força-tarefa para a conclusão do cadastro de presos no sistema reuniu esforços de servidores de todo o Maranhão. Ela agradeceu a todos pelo empenho e compromisso na missão executada com sucesso. “Foi um trabalho grandioso, pois conseguimos reunir esforços de todo o Maranhão, em benefício desse projeto tão relevante para a Justiça maranhense e brasileira. Trabalhamos todos juntos nessa missão, inclusive nos finais de semana”, expressou Lidiane Melo.

Ela acrescentou, também, que durante essa trajetória foram muitos os desafios encontrados, como inconsistências nos dados e paralisação no sistema. BNMP 2.0 inaugura um novo cenário na Justiça brasileira, ao permitir o monitoramento, em tempo real, de informações constantes no banco de presos de todo o país.

Plano de ação

Para dar cumprimento à meta do CNJ, o TJ elaborou um plano de ação a partir do qual, dentre as diversas atividades, foi implementado o grupo de trabalho e agendados seis treinamentos presenciais, no Fórum desembargador Sarney Costa, no Calhau, voltados para servidores e ministrados pela equipe de Informática do TJ, com vistas a orientá-los na operacionalização do novo sistema.

Visando contemplar magistrados e servidores de todo o Estado, também foi oferecido treinamento a distância pela Escola da Magistratura do Maranhão (ESMAM), a pedido da magistrada Lidiane Melo. Foi realizado, ainda, treinamento voltado para servidores e magistrados da Justiça maranhense - de unidades Criminais, de Execução Penal e de Família - promovido por técnicos e juízes do CNJ, no Fórum do Calhau.

Banco

O Banco Nacional de Monitoramento de Prisões possibilita o registro e a consulta de informações sobre mandados de prisão e alvarás de soltura, com monitoramento das ordens de prisão expedidas pelo Judiciário e controle do cumprimento de mandados, em âmbito nacional e em tempo real, permitindo, assim, a criação de um Cadastro Nacional de Presos.

O sistema funciona, também, como um censo carcerário, onde as autoridades públicas poderão saber quem são e onde estão os presos no Brasil. O Cadastro Nacional possibilita mais segurança para a sociedade e eficiência para o Judiciário, com a integração de informações sobre pessoas procuradas pela Justiça ou presas em Estados diversos.

Números

10.165 - apenados do Maranhão

4.940 - presos provisórios

5.173 - presos condenados

4.034 - mandados de prisão pendentes

199 - foragidos da Justiça

3.835 - procurados pela polícia no Maranhão

Frase

“Foi um trabalho grandioso, pois conseguimos reunir esforços de todo o Maranhão, em benefício desse projeto

tão relevante para a Justiça maranhense e brasileira. Trabalhamos todos juntos nessa missão, inclusive nos finais de semana”

Lidiane Melo de Sousa, juíza coordenadora do cadastro de presos